



ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA FITOTERAPIA: DIAGRAMA DE INSUMOS, PRODUTOS E SERVIÇOS



<https://doi.org/10.56238/rabfvv2n2-003>

Data de submissão: 24/03/2025

Data de Publicação: 24/04/2025

Sílvia Beatriz Costa Czermainski

Mestre em Ciências Farmacêuticas, Sanitarista, Consultora

Porto Alegre, RS

E-mail: silviaczer@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0812926154945165>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1254-7284>

Roger Remy Dresch

Doutor em Ciências Farmacêuticas, Consultor

Porto Alegre, RS

E-mail: rogdresch@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9129937412383698>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9348-7011>

Ângela Sperry

Mestre em Ciências Farmacêuticas, Consultora

Porto Alegre, RS

E-mail: angelsperry23@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5446450358938563>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9047-2287>

Cristiane Bernardes de Oliveira

Doutora em Ciências Farmacêuticas, Consultora

Canoas, RS

E-mail: crisbernardes.oliveira@hotmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7245309014483459>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9344-4833>

Denise Bueno

Doutora em Ciências Farmacêuticas, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(UFRGS)

Porto Alegre, RS

E-mail: denise.bueno@ufrgs.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2413108146059860>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6037-8764>

RESUMO

A diversidade de termos na área de plantas medicinais e a multiplicidade de conceitos e termos, expressos na legislação farmacêutica e sanitária no Brasil, por vezes, pode dificultar o entendimento



dos textos, gerar ambiguidades em artigos científicos de diversas áreas, inclusive de normas e de políticas públicas. Facilitar esse esclarecimento é importante para reduzir o problema. Para isso, pode-se buscar a criação de instrumentos que promovam uma maior clareza dos conceitos empregados em etapas de produção e dispensação de produtos e em estabelecimentos envolvidos em uma cadeia produtiva. A uniformidade na utilização dos termos e conceitos a partir da legislação sanitária reconhece como referência maior o Sistema Único de Saúde enquanto definidor de políticas públicas e diretrizes para a saúde e para a assistência farmacêutica, incluída a Fitoterapia. O objetivo deste artigo é apresentar um instrumento de ensino-aprendizagem para oferecer subsídios teórico-conceituais, metodológicos, científicos e pedagógicos a profissionais de saúde, a diferentes atores de organizações populares que lidam com plantas medicinais e à gestão de políticas públicas, projetos e instituições ligadas à rede de atenção do SUS e a outras organizações. Este trabalho derivou-se de um estudo de abordagem descritiva exploratória que desenvolveu um diagrama elaborado a partir de um mapa mental sobre fluxos, produtos derivados de plantas medicinais e estabelecimentos que os produzem e dispensam, com um recorte na assistência farmacêutica na fitoterapia. Tendo presente o cenário deflagrado em 2006 com a instituição da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, este diagrama pode ser empregado como um guia para situar os produtos no âmbito farmacêutico e para auxiliar os profissionais, oferecendo apoio técnico e orientação aos gestores para a qualificação da assistência farmacêutica e da fitoterapia.

Palavras-chave: Assistência Farmacêutica. Fitoterapia. Plantas Medicinais. Fitoterápicos. Insumos Farmacêuticos.



1 INTRODUÇÃO

A Fitoterapia e as plantas medicinais compõem um campo de conhecimento complexo, alvo de políticas públicas, programas e editais de pesquisa, entre muitos outros contextos de ação, cuja apropriação dos diversos conceitos envolvidos, produtos e serviços nem sempre é fluida. A diversidade de termos na área de plantas medicinais por vezes podem gerar ambiguidades e dificuldades de entendimento sobre o campo e suas relações. Avalia-se que esse entendimento pode ser auxiliado pela criação de instrumentos que busquem promover maior clareza nos conceitos e suas associações com o tema amplo das plantas medicinais, seu uso e disponibilidade.

A utilização das plantas medicinais nos processos de cura tem origem em múltiplas culturas, etnias, países, e é absorvida pela ciência e seus critérios, a fim de lhes conferir legitimidade para os protocolos de cuidado. Esses também são base para o regramento dos sistemas de saúde e para as políticas públicas, além de definir parâmetros para o desenvolvimento tecnológico e produção de insumos para a atenção em saúde e legislação na área.

O Ministério da Saúde do Brasil define a Fitoterapia como o “estudo das plantas medicinais e suas aplicações na promoção, na proteção e na recuperação da saúde. Como terapêutica, caracteriza-se pelo uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas, sem a utilização de substâncias ativas isoladas, ainda que de origem vegetal” (BRASIL, 2018a).

A Política Nacional de Assistência Farmacêutica – PNAF – (Brasil, 2004) é “compreendida como política pública norteadora para a formulação de políticas setoriais, entre as quais se destacam as políticas de medicamentos, de ciência e tecnologia, de desenvolvimento industrial e de formação de recursos humanos, dentre outras, garantindo a intersectorialidade inerente ao sistema de saúde do país, o Sistema Único de Saúde - SUS (BRASIL, 1990) e cuja implantação envolve tanto o setor público como privado de atenção à saúde”. A PNAF define o conceito de Assistência Farmacêutica (AF) como “um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletivo, tendo o medicamento como insumo essencial e visando o acesso e ao seu uso racional [...] que envolve a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos [...] bem como a sua seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação, garantia da qualidade dos produtos e serviços, [...]” o que exige considerar importante a padronização na linguagem utilizada pelos diferentes atores envolvidos nessa ampla cadeia de atividades.

Como definido, a Assistência Farmacêutica envolve muitas atividades centradas no medicamento e esses têm na biodiversidade uma potente fonte de inovações para a saúde. Conforme



destaca a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, PNPMF, (BRASIL, 2006a) o amplo patrimônio genético e sua diversidade cultural são oportunidade para estabelecer um modelo de uso sustentável de plantas medicinais. Mesmo após o advento da síntese química e outras tecnologias de desenvolvimento de medicamentos, as plantas medicinais são origem de novos ativos e são alvos das corporações farmacêuticas para o desenvolvimento de novos medicamentos.

Entretanto, as plantas medicinais são também valorizadas como fitocomplexos, sendo grande a adesão popular ao seu uso terapêutico em muitos países de todos os continentes. Isto é amplamente documentado em publicações institucionais, nacionais e internacionais, como também nas referências da Organização Mundial da Saúde, e todas essas referidas na PNPMF e também na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (BRASIL 2006b). Assim, há de se aprofundar essas possibilidades e se oportunizarem espaços e fóruns que contribuam para o resgate, ampliação e afirmação do conhecimento. Nesse sentido, é importante que se disponibilize instrumentos que facilitem o entendimento da multiplicidade de termos e conceitos sobre plantas medicinais e Fitoterapia, seja no campo tradicional como científico, como as publicações científicas e mesmo aquelas da mídia popular.

Trazendo a questão dos conceitos que são expressos nos fluxos de insumos, produtos e estabelecimentos, é observado que a multiplicidade de termos acaba por confundir o usuário, o profissional de saúde, o pesquisador e os gestores públicos da AF. Entende-se como importante demonstrar as relações entre esses - insumos, produtos e serviços - a partir das plantas medicinais, para a Fitoterapia, e contribuir, assim, para o desdobramento e elucidação dos textos que compõem artigos científicos e publicações em geral. Também podem ser úteis para o aprimoramento das políticas públicas, programas e normas relacionadas a esta temática.

Baseados no desafio dos necessários alinhamentos conceituais foram feitos vários exercícios de debates e revisão teórica nos documentos utilizados, que originaram um mapa mental sobre a assistência farmacêutica, conforme a PNAF, inserida na Fitoterapia. Este trabalho coletivo possibilitou a escrita deste artigo que objetiva apresentar de forma clara à academia, profissionais, gestores e usuários de produtos em saúde, bem como atores da agricultura, inclusive, os fluxos propostos.

2 METODOLOGIA

Este é um estudo de abordagem descritiva exploratória que desenvolveu, a partir de um mapa mental, um diagrama que apresenta os fluxos de produtos derivados de plantas medicinais e



estabelecimentos que os produzem e dispensam, com um recorte na assistência farmacêutica na fitoterapia, com base na legislação sanitária e na PNPMF. A ideia de derivar desse processo a realização de um desenho que servisse de modelo a ser aplicado para demonstrar a potencialidade das plantas medicinais pelos produtos que dão origem, pelos estabelecimentos que os produzem ou dispensam e pelos fluxos ou cadeias existentes entre todos, surgiu em reunião de estudos com um grupo de quatro farmacêuticos com atividades de consultoria em Fitoterapia e na assistência farmacêutica com plantas medicinais. Sua elaboração originou um diagrama, a que se denominou “Diagrama PMFito” (de planta medicinal e fitoterápico), elaborado a partir dos conhecimentos dos autores, referidos como grupo de estudos.

Foram realizadas dez reuniões desse grupo, de farmacêuticos com experiência na área de plantas medicinais, gestão de projetos, ensino e pesquisa, que se fizeram acompanhar da legislação sanitária e farmacêutica referente a plantas medicinais e fitoterapia para as análises e discussões. Instaladas as reuniões, sistemáticas, uma vez por semana, o debate objetivou a partir das referências, promover reflexões sobre as experiências acumuladas como profissionais e amplificadas no grupo. As discussões e estudos foram registrados em um quadro e assim compuseram um mapa mental. A partir dessa exposição se percebeu uma necessidade didática e uma possibilidade de contribuição para a construção de um diagrama ilustrativo dos fluxos existentes entre os produtos e serviços derivados de plantas medicinais. O desafio seria efetivamente construir um instrumento pedagógico mesmo que não se obtivesse simplicidade em função da complexidade do objeto. A legislação sanitária e farmacêutica foi consultada com o propósito de ser o recorte da AF e direcionar à Fitoterapia, e tendo presente o cenário deflagrado em 2006 com a instituição da PNPMF.

De acordo com Buzan (2009) o mapa mental pode ser utilizado para organizar, conectar, destacar diversas informações, a partir de palavras-chave. Para Stankovic *et al.* (2011) o mapa mental é visto como uma ferramenta pedagógica que pode ser utilizada para diversos propósitos, promovendo a criatividade. Estes mapas podem ser construídos manualmente, com a utilização de diversos recursos multimodais, como cores, linhas com dimensões distintas, formas diferentes ou mesmo com aplicativos tecnológicos digitais específicos.

Partiu-se, então, para a elaboração de um instrumento, a partir do mapa mental, com o transferir do quadro na parede para o papel e para o computador, a fim de registrar os achados, com base no estudo e discussão da legislação e na experiência de cada um do grupo. Passou-se então a sistematizar as reuniões, superando-se a espontaneidade com que a discussão foi iniciada e então descobrindo,



definindo e aplicando essa metodologia de construção desse instrumento, então uma proposta de apresentação por meio de um diagrama.

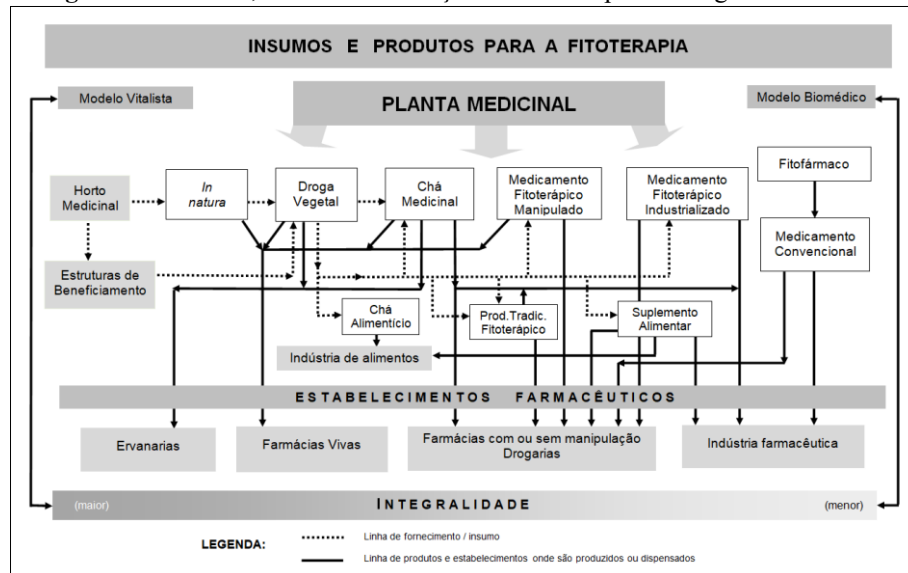
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de estudo em conjunto seja em um trabalho de consultoria, de gestão de projetos ou mesmo de uma política pública em qualquer área, é composto por espaços e momentos de troca e de geração de conhecimento, quando efetiva a participação da equipe envolvida, experiência que ocasionou este artigo. Esse processo de estudos e debates proporcionou a constatação, inclusive, das ambiguidades, superposições e lacunas percebidas no aprofundamento do estudo da legislação. Essas são mais caracterizadas quando se estende a consulta a publicações de outros setores, como agricultura, onde o termo fitoterápico é muitas vezes utilizado como sinônimo de planta medicinal, por exemplo, seguindo uma cultura própria, absorvida e adaptada pelos atores do setor, como agrônomos e os próprios agricultores.

As discussões de grupo relativas à legislação e à experiência de cada membro do grupo, como referido, trouxeram considerações sobre o modelo de saúde a que se referem, e nesse os paradigmas que se baseiam. Nesse sentido, por vezes foi importante referir a que visão de mundo e de modelo de saúde decorria a argumentação, tendo presente que a legislação farmacêutica é basicamente alinhada com o modelo biomédico de saúde e que as experiências do grupo também contêm fatos e convívio com atores do campo tradicional e popular em saúde e de uso de plantas medicinais. Tendo presente que a PNPMF é ampla e intersetorial e definiu diretrizes para várias áreas de conhecimento e setores institucionais.

O diagrama desenvolvido (Figura 1) resultou da análise da legislação em vigor e das experiências do grupo. Entendeu-se por destacar os modelos de saúde no seu desenho, na parte de cima e antecedendo os fluxos derivados das plantas medicinais, pelo significado e determinação de uso que implicam.

Figura 1 - Insumos, Produtos e Serviços em Fitoterapia – “Diagrama PMFito”.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025) a partir da legislação vigente (BRASIL, 1973; BRASIL, 2007; BRASIL, 2011; BRASIL, 2013; BRASIL, 2014a; BRASIL, 2014b; BRASIL, 2018b; BRASIL, 2022; BRASIL, 2024).

O diagrama foi dividido em dois enfoques principais: de um lado o vitalista, integrativo, como contexto de uso das plantas medicinais *in natura* e como chá medicinal; e de outro, o biomédico, do uso de produtos industrializados. Essa foi uma forma adotada para visualização, o que deve ser mais bem aprofundado em estudos subsequentes, posto que a abordagem na relação cuidador/usuário é mais determinante do que o produto utilizado. Isso remeteu a incluir o princípio da integralidade, que se procurou retratar no diagrama, envolvendo todo o seu conjunto, como uma ideia a se ter presente – e também por aprofundar - na Fitoterapia. Ou seja, o quanto essa terapêutica pode estar associada à abordagem integrativa do cuidado seja com o uso de plantas medicinais seja no uso de medicamentos fitoterápicos.

Cabe justificar a inclusão da integralidade como um fator a se observar nesses fluxos, quando o grupo entendeu que a abordagem com plantas medicinais e nessas a utilização de preparações com o fitocomplexo, teria maior integralidade no cuidado, em oposição à abordagem com medicamento fitoterápico, e seu contexto mais próximo da prática médico-farmacêutica convencional, da Biomedicina.

Toniol (2018) analisa a integralidade e entende que, além de ser um princípio do sistema de saúde brasileiro, do SUS (BRASIL, 1990), como um atributo do modelo de atenção à saúde, há também uma aproximação ao holismo em relação às práticas integrativas no cuidado. Dentro desse marco formal e tendo como referência também os estudos de Pinheiro, Silva Jr. e Mattos (2008), o autor



sintetiza que o termo “integrativo”, derivado de integralidade, apresenta-se como ambivalente, seja como princípio do sistema brasileiro para compreender a inserção social, econômica e cultural na sociedade, como simultaneamente também expressa a visão holística que as práticas integrativas têm sobre o cuidado. Nessas práticas e abordagens o sujeito é compreendido como um ser integral, em oposição às terapias e perspectivas médicas que concebem a possibilidade de tratamento dos sujeitos de forma fragmentada por especialistas, numa única parte do corpo. Significa olhar o ser humano como um todo, substituir o foco na doença pela atenção à pessoa, com sua história de vida e seu modo próprio de viver e adoecer [...] (LAPPIS, 2024).

Observa-se que, a integralidade é um valor presente no cuidado em saúde nas comunidades tradicionais e populares, associada à cooperação, à solidariedade e à humanização, o que se distancia da objetividade da Biomedicina e na prática médica centrada no medicamento, mesmo no uso de fitoterápicos. Fortemente alicerçado nas tradições dos povos, o uso de plantas medicinais é uma das principais práticas de saúde de muitas etnias que abordam a saúde e são baseadas na visão da integralidade do ser humano e sua multidimensionalidade. Opõe-se, assim, à visão baseada predominantemente nos aspectos biológicos, com uma prática fragmentada, que caracteriza a Biomedicina, a Medicina e a Farmácia convencionais, predominante nos sistemas ocidentais de saúde.

Procurou-se retratar os modelos de saúde como base para a abordagem e o tipo de insumo utilizado. A legislação corresponde à demanda da Biomedicina em insumos padronizados e produzidos sob parâmetros específicos, sejam manipulados ou industrializados. Propõe-se relacionar os derivados e assim os usos dos diferentes produtos, em dois modelos que se opõem, o biomédico e o vitalista. O primeiro é o convencional, baseado no modelo científico, predominante no mundo ocidental, enquanto que o segundo, vitalista, defende a existência de uma força vital além do corpo físico, que se encontra nas visões em que se baseiam as práticas e a Medicina Integrativa (LUZ e BARROS, 2012; ABREU, 2018). Citado na PNPIC, o princípio vitalista regula o organismo de forma dinâmica e harmônica (TEIXEIRA, 2021).

No estudo refletiu-se sobre a integralidade na abordagem em diferentes usos de insumos e assim caracterizando o tipo de Fitoterapia praticada, o que se sugeriu como diferentes intensidades, para fins de reflexão e não propriamente por se propor uma gradação rígida.

Analisando a construção do diagrama e o resultado apresentado, a planta medicinal é colocada como o cerne do desenho e de onde derivam os produtos, relacionando-se entre si, em cadeias de fornecimento, de produção e a dispensação. Esses são processados em estabelecimentos específicos,



sem interação mais direta entre eles, têm em comum integrarem a cadeia produtiva da planta medicinal como destinatária para diferentes produtos, que mesmo tendo a mesma finalidade terapêutica, seguem legislação, boas práticas de produção, registros e usos específicos.

Identifica-se no diagrama o que deriva de plantas medicinais como produtos farmacêuticos – droga vegetal, chá medicinal, medicamento fitoterápico manipulado, industrializado e fitofármaco, que dão origem também a medicamentos convencionais, de substância isolada. Além disso, apresenta outros produtos derivados não farmacêuticos como o chá alimentício e o suplemento alimentar.

Em relação aos estabelecimentos, a ervanaria, a farmácia viva, a farmácia com manipulação e a indústria farmacêutica, são estabelecimentos e serviços sob controle sanitário e com responsabilidade técnica do farmacêutico. A indústria de alimentos é aberta a outros profissionais.

Analisa-se que a Farmácia Viva, como estabelecimento de saúde, representa a possibilidade mais diversa e ampla em relação aos tipos de produtos farmacêuticos que dispensa, e também por ser um estabelecimento que cultiva as plantas medicinais. Isso a coloca em contato com outros atores da cadeia, situando-se em relação a outras áreas de conhecimento, a outras necessidades, práticas e saberes, e a valores como sustentabilidade e integralidade; assim está mais próxima da Fitoterapia como uma prática integrativa.

O diagrama proposto foi composto para fins didáticos e proporcionou reflexão sobre os fluxos entre os produtos possíveis e conhecidos da planta medicinal como insumo, como matéria-prima e como produto final. Sua elaboração, que pretendia ser um simples desenho demonstrativo, resultou em um processo de aprendizado também para os autores, e de imersão sobre o campo, desde suas formas mais simples até o local de sua transformação, definidos pela legislação. Buscou-se assim, contribuir com este instrumento para situar atores, sejam na gestão, na produção ou na pesquisa, aqueles que lidam com as plantas medicinais na Assistência Farmacêutica e na Atenção à Saúde.

4 CONCLUSÃO

Este artigo apresentou o processo de criação de uma proposta de instrumento didático e seu resultado, qual seja um diagrama de insumos, produtos e serviços em Fitoterapia, como um material para visualização e apoio pedagógico nas necessidades de capacitação, pesquisa e decisões em projetos, políticas públicas e outras ações com plantas medicinais. Foi finalizado com muitas indicações para aprofundamento, seja na própria legislação, na cadeia produtiva desses diversos derivados de plantas medicinais, seja nos estabelecimentos que envolvem.



O estudo e a proposta de um diagrama sistematizando as informações para utilização didática em quaisquer espaços de troca de conhecimento mostram a complexidade e as possíveis confusões que podem se estabelecer na área. As organizações populares que lidam com plantas medicinais, plantam, colhem, beneficiam, comercializam, preparam de forma artesanal e orientam o uso com base nos conhecimentos adquiridos nas famílias e comunidades, podem ter nesse trabalho um guia para situar os produtos no âmbito farmacêutico, assim como os próprios profissionais, para apoio técnico e orientação de gestores, p.ex., para a qualificação da assistência farmacêutica e da Fitoterapia.



REFERÊNCIAS

ABREU, I. P. H. O vitalismo das Práticas Integrativas e Complementares e o conceito de campo da ciência moderna. **Vitalle**, v. 30, n. 1, p. 115-129, 2018.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Farmacopeia Brasileira**. 7. ed. Brasília: ANVISA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/farmacopeia/farmacopeia-brasileira>. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção I, p. 18055.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 338, de 06 de maio de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 mai. 2004. Seção I, p. 52.

BRASIL. **Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006**. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jun. 2006a. Seção I, p. 2.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006**. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 mai. 2006b. Seção I, p. 20.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 67, 08 de outubro de 2007**. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 out. 2007. Seção I, p. 29.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 24, 14 de junho de 2011**. Dispõe sobre o registro de medicamentos específicos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jun. 2011. Seção I, p. 79.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 18, de 03 de abril de 2013**. Dispõe sobre as boas práticas de processamento e armazenamento de plantas medicinais, preparação e dispensação de produtos magistrais e oficiais de plantas medicinais e fitoterápicos em farmácias vivas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 abr. 2013. Seção I, p. 67.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 26, de 13 de maio de 2014**. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 mai. 2014a. Seção I, p. 52.



BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 243, 26 de julho de 2018**. Dispõe sobre os requisitos sanitários dos suplementos alimentares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jul. 2018b. Seção I, p. 100.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Glossário temático: práticas integrativas e complementares em saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 2018a. 180 p. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pics/publicacoes/glossario_pics.pdf/view. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 716, 01 de julho de 2022**. Dispõe sobre os requisitos sanitários do café, cevada, chás, erva-mate, especiarias, temperos e molhos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jul. 2022. Seção I, p. 189.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 1973. Seção I, p. 13.049.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.021, de 08 de agosto de 2014**. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 ago. 2014b. Seção I, p. 1.

BUZAN, A. P. **Mapas Mentais**. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

LAPPIS. **Laboratório de pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde**, 2024. Disponível em: <https://lappis.org.br/site/conceito-de-integralidade-em-saude>. Acesso em: 22 ago. 2024.

LUZ, M. T.; BARROS, N. F. **Racionalidades e práticas integrativas em saúde**. Rio de Janeiro: UERJ/IMS/LAPPIS, 2012.

PINHEIRO, R.; SILVA JUNIOR, A. G.; MATTOS, R. A. **Atenção básica e integralidade: contribuições para estudos de práticas avaliativas em saúde**. Rio de Janeiro: CEPESC: IMS/UERJ: Abrasco, 2008.

STANKOVIC, N. *et al.* The evaluation of using mind maps in teaching. **Technics Technologies Education Management-TTEM**, v. 6, n. 2, p. 337-343, 2011.

TEIXEIRA, M. Z. **Concepção Vitalista de Samuel Hahnemann**. 2. ed. São Paulo: Ed. do Autor, 2021.

TONIOL, R. **Do espírito na saúde: oferta e uso de terapias alternativas/complementares nos serviços de saúde pública no Brasil**. São Paulo: LiberArs, 2018.